

DISCURSO, DOENÇA, RISCO: INTERSECÇÕES E VULNERABILIDADES¹

Atilio Butturi Junior²
Universidade Federal de Santa Catarina

Jair Zandoná³
Universidade Federal de Santa Catarina

Renata Trindade Severo⁴
Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Universidade Federal de Santa Catarina

Quando pensamos a chamada para o dossiê *Discurso, doença, risco*, em abril de 2020, a experiência do isolamento, do distanciamento social, dos cuidados necessários por meio do uso de máscara, álcool, entre tantas outras recomendações para evitar a contaminação com o (então) novo coronavírus eram uma novidade, um assombro, um espanto. Entre março e abril deste ano, acompanhamos o aumento de números de casos e, lastimavelmente, de óbitos. Um ano depois, o cenário está ainda mais agravado. São vidas que importam e que precisam de alguma forma ser contadas, como faz o projeto *Inumeráveis: Memorial dedicado à história de cada uma das vítimas do coronavírus no Brasil*, disponível on-line em <https://inumeraveis.com.br/> – que nos dá a ver, uma vez mais, a compreensão bastante fictícia e equivocada da noção de grupo de risco, uma vez que o perfil epidemiológico não se restringe à idade ou a pessoas com determinadas comorbidades.

Ora, o risco impera como uma prática discursiva de governo biopolítico e está ligado à gestão dos corpos e das subjetividades. Como ensina Michel Foucault (2008, 2010), o controle da população e a disciplina dos corpos individuais se dava na forma de um cálculo; a relação entre a produção da delinquência e do perigo individuais, então,

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, por meio de bolsa de pós-doutoramento concedida a Jair Zandoná, do CNPq, por meio de bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ2, processo 304252/2019-0) concedida a Atilio Butturi Junior, e com o apoio do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Processo nº 23368.002516/2019-43, por meio do afastamento para estudos concedido a Renata Trindade Severo para realização de estágio de pós-doutoramento no PPGLin/UFSC.

² Doutor em Linguística, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: atilio.butturi@ufsc.br.

³ Doutor em Literatura, realiza estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: jzandona@gmail.com.

⁴ Doutora em Estudos da Linguagem, Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), realiza estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: renata.severo@poa.ifrs.edu.br.

dizia respeito a uma série de recursos e efeitos cujo objetivo era a contenção dos riscos – e, no limite, dos prejuízos.

O século XX assistiu a uma espécie de “grande retorno” do risco, quando a pandemia do HIV/AIDS se espalhou no mundo. Era o momento em que a doença e o discurso se produziam num vértice prenhe de efeitos. Como afirmava Treichler (1987), a AIDS era uma epidemia discursiva. Daí que seus enfrentamentos necessitavam levar em consideração o caráter de “vírus ideológico” – como aparecerá na intervenção de Mann na OMS, também em 1987.

Essas práticas discursivas incidiam de forma racializada, nos termos do governo biopolítico foucaultiano (FOUCAULT, 2010): a certos sujeitos e a certos grupos, cabia a responsabilização e o perigo. Os chamados “grupos de risco” eram uma espécie de fábula sobre o pânico em relação ao outro: o outro diante da norma cis-gênero, o outro em relação ao homem branco (BUTTURI JUNIOR, 2016).

Como efeito desse poder de anormalização, as décadas seguintes assistiriam ao deslocamento do risco e à sua problematização. Nessa esteira de suspeição, apareceriam as práticas discursivas de *vulnerabilidade*, que fazem um deslocamento em relação aos “grupos de risco” e às “práticas de risco” (AYRES *et al.*, 2003). A vulnerabilidade implicava – e implica – uma série de atravessamentos sociais, econômicos, políticos e subjetivos que não podem ser encerrados na perspectiva do risco e da responsabilização individual. Essa novidade se volta para a pandemia da AIDS. Assim é que Mann *et al.* (1993) em 1992, segundo a ordem dos direitos humanos, exigem uma “[...] análise dos fatores que limitam a responsabilidade para a prevenção do HIV [...]” (MANN *et al.*, 1993, p. 277). No texto de Mann *et al.* (1993), é uma repartição importante que tem lugar na análise: há uma vulnerabilidade individual, composta por “[...] exemplos de condições cognitivas, comportamentais e sociais” (MANN *et al.*, 1993, p. 279) e uma vulnerabilidade coletiva, então marcada sobretudo pelo IDH dos países.

Ayres *et al.* (2003) marcam o texto de Mann *et al.* (1993) como um momento de tensionamento das políticas de redução de riscos e de ampliação do escopo da vulnerabilidade, que transcende os limites da saúde. Definem a modificação rumo à vulnerabilidade:

[...] como esse movimento de considerar a chance de exposição das pessoas ao adoecimento como a resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos, contextuais, que acarretam maior suscetibilidade à infecção e ao adoecimento e, de modo inseparável, maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens para se proteger de ambos. (AYRES *et al.*, 2003, p. 123).

Os autores chamam a atenção para o papel das resistências aos discursos do risco, da estigmatização e da responsabilização, cuja topologia são os vários movimentos sociais organizados – no Brasil, sobretudo das ONGs – que se utilizam do conceito de vulnerabilidade estrategicamente, trazendo à cena pública as táticas de “empoderamento” (AYRES *et al.* 2003). Na senda da resistência, os discursos de gênero e raça passam a ganhar espaço no enfrentamento do hiv-aids.

Nesse espaço de tensões, no qual o risco não desaparece como estratégia, mas passa a ombrear com as corporalidades e suas geografias políticas, produzindo – desde os feminismos – uma série de intersecções: entre identidade e condições socioeconômicas (cf. FRASER, 1997); entre as relações geográfico-políticas e as modalidades de subordinação e de resistência (cf. LUGONES, 2008); entre a série racial-gendrada que se estabelece como diferença na distribuição desigual das vulnerabilidades (CRENSHAW, 2002) e, por consequência, das políticas de vida e de morte relacionadas às doenças, aos doentes e à produção de discursos. É no interior dessa rede de discursos e práticas que, veremos, se inscrevem os textos deste número.

Aqui, produziu-se algo especial: um encontro do tema abordado com o momento vivido. Somos, atualmente, pessoas implicadas na intersecção, na encruzilhada entre risco, discurso e doença que une qualquer indivíduo de uma forma inédita na história: devido às características intrínsecas à globalização, ao elevado número de habitantes do planeta e à conectividade, nunca estivemos tão relacionados uns aos outros física e discursivamente. Mais de um terço dos artigos publicados aqui abordam direta ou indiretamente a pandemia de Covid-19. Alguns reportam quase que jornalisticamente os fatos que acontecem enquanto os artigos são escritos: a fala de um ministro, os números de mortos – elementos que nos ancoram em uma realidade que, por vezes, é flutuante demais para que nos estabilizemos nela. Os relatos de acontecimentos e números parecem procurar algo que nos possibilite tentar compreender o que se passa não apenas ao nosso redor, mas conosco.

Na crônica “A imortal quarentena”, de Mia Couto, Bernardo é/era caracterizado como sendo “[u]m escritor solitário em meio à pandemia” (COUTO, 2020, on-line) que permanece refugiado à própria cama, não escreve, ignora tudo o que se passa com o mundo para além da janela de seu apartamento: “Confrontado com o vazio, desiste. Esse vazio é diferente dos outros, que ele antes inventava na sua sempre fingida solidão”. As cortinas são mantidas fechadas até que convence sua empregada doméstica a retornar ao

trabalho. Para isso, deixa os filhos, pega condução, exposta ao risco, porque o patrão não sabia ficar sozinho, recusando-se “estar perante a derradeira versão da realidade”:

E assim acontece nos restantes dias. Dona Esperança vai lavando a louça, engomando a roupa e aspirando o pó. Enquanto trabalha, a empregada canta e conta. E até os silêncios dela falam de uma vida que o patrão desconhecia. Enlevado, Bernardo vai tirando notas num caderninho. Aquilo que antes lhe parecia a encenação do Juízo Final surge agora como a tardia – mas secretamente tão esperada – visita da musa inspiradora. Talvez não chegue nunca a publicar. Mas ele sente que começou a escrever uma história com alma, com gente, com história.
Pela primeira vez, depois do início da quarentena, Bernardo acorda, abre as cortinas, contempla a rua e recusa estar perante a derradeira versão da realidade. (COUTO, 2020, on-line)

A recusa de Bernardo em lidar com a realidade o confronta, justamente, encontramos nas contribuições deste número possibilidades de/para pensar o/s corpo/s que insiste/m e (r)e(s)xiste/m, oferecendo formas de aproximação, de distanciamento, de tensionamento. Retomamos a definição foucaultiana acerca do corpo como “superfície de inscrição dos acontecimentos” (FOUCAULT, 2009 [1971], p. 22), e acrescentamos, quanto à voz, no tocante à enunciação corpórea (SOUZA; ZOPPI-FONTANA, 2020) a importância das *lives*, que têm possibilitado nos colocarmos em corpo, em voz, na gestualidade, na performatividade, na temporalidade do ato de enunciação quando apresentamos, divulgamos, atuamos nessas situações virtuais e falamos sobre nossas pesquisas, nossos interesses de investigação. Trata-se, como menciona Mónica Zoppi-Fontana, justamente ao participar de uma *live* em 29 de maio de 2020 (@linguisticaufsc), “[...] uma nova forma de se fazer essa prática de produção e de pôr em circulação a produção do conhecimento.”

Nesse sentido, ao passo que o imaginário dos “monstros invisíveis” (SANT’ANNA, 2020) do século XIX tomou outras proporções neste dobrar da década, os efeitos de trabalharmos remotamente, para todas e todos nós, envolvidas/os com a graduação, a pós-graduação, com o ensino, a pesquisa e a extensão, sem acessarmos os espaços físicos da universidade, têm sido desafiadores. Temos participado de reuniões, de *lives*, de mesas virtuais, de grupos de estudo, de bancas, das aulas síncronas e assíncronas, trabalhado nas dissertações, teses, artigos... Na tela do computador, a cada encontro virtual, vemos muitos rostos em seus respectivos enquadramentos, pixelizados, em ação. Há muita energia pessoal dedicada. Ainda assim, dependemos das conexões de internet para mantermos nossa rede de afetos, de trabalho, de estudos. Embora distantes fisicamente, mantemos o senso de coletividade que aprendemos, de muitas e diferentes formas, também com a literatura – materializada aqui na crônica de Mia Couto. Daí que,

a seis mãos, a partir de três diferentes lugares (físicos e fictícios), pensamos a chamada do número que ressoa neste texto a partir do discurso, da doença e do risco também como gesto de união e de vulnerabilidade. Trabalhar remotamente imprimiu um sentimento de solidão que, nos parece, há muito não sentíamos. Não apenas sentimos a falta que os prédios, os corredores, as salas (físicas, é preciso enfatizar) fazem para nós. São as pessoas, os contatos, as trocas que esses espaços nos oportunizam e que nos possibilita(va)m outras enunciações corpóreas. Então, os contatos, as trocas, as aproximações são feitos no texto – talvez um modo novo de compreendermos a coautoria a partir da experiência da (ou em tempos de) pandemia – como possibilidade de desenvolver não apenas o que temos feito, mas também as pesquisas de colegas oriundos de outras instituições: entrenós, entre vozes.

Nesses ínterims, pois, entre o político e o afetivo, abrimos o volume – logo depois deste nosso texto – com uma entrevista concedida pelo historiador **André Mota** (USP | FMUSP) sobre os discursos da doença, as pandemias brasileiras e a relação com a biopolítica, a produção de exceção e o acontecimento da Covid-19. De modo contundente, Mota descreve brevemente a história dos “êxitos” brasileiros e solicita um modelo de resistência e de solidariedade para o enfrentamento do momento – necropolítico – que vivemos.

A seguir à entrevista, no primeiro dos artigos publicados neste número, **Biopolítica, necropolítica e racismo na gestão do Covid-19**, Sandra Caponi mostra como o que acontece hoje no Brasil é a própria ilustração da necropolítica pensada por Mbembe em diálogo com Foucault. Expor à morte certos corpos em favor de outros – escondidos atrás do sintagma “a economia” – tem sido a política adotada pelo ocupante do cargo de presidente da república no Brasil, como demonstra a autora. Caponi, ao perguntar-se “de que modo estão sendo construídas estratégias de governo, instituídos ou negados discursos e saberes, em tempos de pandemia?” dirige à nossa atualidade a atitude crítica proposta por Foucault. Ao responder a pergunta que formula, o artigo apresenta dados e reflexões para evidenciar que, não apenas o negacionismo científico, mas, principalmente, a negação de direitos humanos, tem como resultado direto o aumento de doentes e de mortes evitáveis, principalmente na população negra brasileira, evidenciando o caráter racista da política negacionista do governo.

O artigo seguinte, o segundo do conjunto, nos lembra que o racismo contra a população negra brasileira não é invenção recente. Ana Cláudia Fabre Eltermann, em **Brasil, um país doente: o racismo científico no final do século XIX**, aborda a relação

entre raça e doença nos discursos dos médicos-cientistas no final do século XIX no Brasil. A autora aponta que tais discursos procuraram relacionar as supostas mazelas do país com as raças e a mestiçagem, ao deslocar a relação raça-doença do indivíduo para a sociedade.

Por sua vez, Heronides Moura e Fábio Lopes da Silva, em **O vírus nos ronda: metáforas sobre vírus e sobre corrupção**, o terceiro artigo, elaboram uma interessante análise a partir das metáforas do vírus e da corrupção, as quais são construídas por meio de uma concepção de um tempo sem limites: no caso das metáforas do vírus, sua propagação no espaço, já as sobre corrupção são representadas pelo aspecto verbal imperfectivo.

No quarto artigo, **Pandemias como acontecimento histórico-discursivo**, ao aplicar à pandemia de Covid-19 a perspectiva anunciada no título, Luiz Augusto Ely, a partir da análise de notas de repúdio, aponta para o esfacelamento de determinados discursos de convívio social e para a materialização na linguagem de uma atitude perversa que tem resultado milhares de mortes diárias no país. O autor, no entanto, encerra seu artigo com os olhos voltados para um futuro em que “uma ou muitas bailarinas da morte parem de dançar.”

O negacionismo, tematizado em Caponi e Ely, também é objeto do quinto artigo, **A biopolítica do risco e o discurso negacionista sobre vacinação contra Covid-19**, de Carlos Renato Lopes, que se debruça especificamente sobre a decisão de se vacinar. O autor testemunha o titubeante presidente da república “seguir ‘vacilante’ entre ecoar as declarações do Ministro Guedes [...] de que é preciso vacinar em massa a população brasileira contra a Covid-19 – e negar tudo o que pode (e pôde até agora) negar.” No entanto, a conclusão do artigo aposta na produção de resistência “no interior de uma biopolítica que”, nos confessa o autor: “evitei até aqui ressignificar como *necropolítica*”.

O sexto artigo que compõe este número é **Já vi esse filme: o domínio de memória em charges sobre a pandemia da Covid-19**, de Joseldo da Silva Junior e Francisco Vieira da Silva, e analisa quatro charges do site Humor Político e faz funcionar os conceitos de memória discursiva para descrever o funcionamento desse jogo de discursivização política da pandemia.

Ainda tendo a pandemia da Covid-19 como objeto, o sétimo dos artigos, **Discurso em análise: uma reflexão sobre a luta de classes materializada no discurso acerca da pandemia da covid-19**, de autoria de Naiara Souza da Silva e Mariana Jantsch de Souza, parte da Análise do Discurso e volta-se para uma fala produzida por Roberto Justus em

um grupo privado do *WhatsApp*, analisando seu funcionamento “cínico” e a naturalização de classe que permanece constante no Brasil da pandemia.

Oitavo artigo da edição, **Loucura e Periculosidade** é de autoria de Fernanda Crosara Ladir e Bruno Franceschini, que tomam a produção da subjetividade “louca e perigosa” como objeto de problematização, na senda da genealogia foucaultiana. Para tanto, a autora e o autor analisam um corpus de textos, publicados na imprensa, entre 2015 e 2020, pensando nos deslocamentos que operam na reforma psiquiátrica e que se materializam nos discursos.

Em **Decifrando Estamira**, nono artigo apresentado, aquilo que, para olhares e ouvidos mais impacientes, não faz sentido pode ser, nos mostra Rebeca Moraes Reis Dias, decodificado e compreendido a partir de uma análise escrupulosa. Se a linguagem esquizofrênica se apresenta inicialmente particularizada e enigmática, ela não é indecifrável nem sem significado. As análises empreendidas pela autora se mostram capazes de abrir espaço para estudos de análise da linguagem e desenvolvimento do pensamento esquizofrênico de forma não apenas a facilitar intervenções terapêuticas com essa população como a oferecer um ouvido para sua voz.

Doença e loucura na tragédia Ajax de Sófocles é o décimo artigo do número e foi escrito por Mateus Dagios e tem como propósito discutir a relação entre doença e loucura na tragédia sofocliana. Para tanto, analisa o vocabulário da doença (*nósos*) na peça, uma vez que essa terminologia indica, segundo o autor, os desequilíbrios entre o herói e seu entorno social. Nesse sentido, ademais de ser um problema do corpo, a doença funciona como uma rede discursiva que elabora representações sobre a saúde, o doente e a comunidade.

Jennifer Simpson dos Santos e Rosimeri Aquino da Silva, autoras do décimo-primeiro artigo, intitulado **Medeia, práticas discursivas e anormalidade**, discutem sobre a produção de corpos anormais a partir da problematização de seus nomes e lugares. Fazem uma aguçada leitura da tragédia senequiana e como as práticas discursivas constituem a anormalidade e a materializam em determinados corpos, sobretudo na figura materna filicida.

O décimo-segundo dos artigos pensa a relação entre os discursos de gênero e discursos da doença. Assim é que Adriana Lessa e Maria das Graças Salgado, no seu **O discurso da dor feminina invisível: um estudo de caso sobre Evelyn Scott no exílio brasileiro, em Escapada**, tomam o relato autobiográfico de Scott para descrever a produção de uma identidade materna, em dois tempos: o parto e o pós-parto. As autoras

pensam na reconfiguração do corpo e da subjetividade de mulher que se torna mãe, tendo em vista o discurso biológico central e estratégico para a inteligibilidade do “feminino”.

Dispositivo de sexualidade e segurança nos discursos sobre o combate ao tabagismo e aos riscos de impotência sexual, de Claudemir Sousa, é o décimo-terceiro artigo desta edição. Seu objetivo é descrever a relação entre o dispositivo sexual, a governamentalidade biopolítica e o acontecimento do combate ao tabagismo. Para o autor, os enunciados das campanhas brasileiras apontam para estratégias de anormalização dos sujeitos fumantes, cujos corpos passam a ser lidos sob a égide do risco populacional ligado à impotência.

Guilherme Bernardo Moreira Soares tem como ponto de partida os jogos de linguagem de Wittgenstein para escrever seu **Ser e Não-Ser: o problema da identidade pessoal diante do paciente com baixos níveis de consciência**, décimo-quarto dos escritos deste número e cujo objetivo é problematizar os usos da linguagem num paciente com baixa consciência. O autor, para tanto, escolhe um proferimento e analisa-o segundo a ordem da experiência e da percepção e colocando em xeque uma interpretação do erro ou do *non-sense*.

Em **Metáforas e frames sobre a Doença de Alzheimer em textos de divulgação científica**, décimo-quinto dos artigos deste número e de autoria de Suelen Martins, investiga o uso das metáforas conceptuais do domínio da guerra materializadas num corpus de textos de divulgação científica *on-line* sobre a Doença de Alzheimer, de 2017, fazendo notar, como efeito, a insistência em enunciados sobre a eutanásia e a ancoragem na biomedicina como alternativa única para a discursivização da doença.

Silvana Silva, ao valer-se de texto pouco conhecido do linguista sírio Émile Benveniste (1947) explora a construção da velhice como doença em texto de Eliane Brum para, ao final, demonstrar que os diversos “modos de ser língua” são marcados no agenciamento de sentidos e no lugar que a doença ocupa no discurso ficcional para o sujeito. Trata-se do décimo sexto artigo, **Análise semântica de uma doença não nomeada chamada velhice**, em que a autora mostra, ainda, que “[n]esse jogo dialético e infinitamente recursivo, a ‘doença’, quando vista em textualizações outras que não o discurso médico também sofre, felizmente, outros olhares e (per)cursos de sentido.”

Ensino, narrativa e saúde docente: relatos de casos de professores da rede pública de ensino de São Paulo, de Juliana Franco Alves Garbim e Francisco Cláudio Alves Marques, é o décimo sétimo artigo que integra este número. A partir de narrativas de docentes acometidos por patologias durante sua atuação (muitas vezes permeada por

conflitos) no espaço escolar, o estudo traz reflexões sobre essas narrativas, voltadas à prática docente em relação ao diagnóstico da doença, o consequente afastamento e as relações estabelecidas – ao reconstituírem a própria história de vida – entre a experiência do adoecimento e a do cotidiano escolar.

As duas últimas contribuições têm o universo artístico (plástico, literário e musical) como ponto de partida. Fernanda Tonholi Sasso Curanishi, Karla Menezes Lopes Niels, Isabela Melim Borges, Marciana Gonçalves Farinha, Siane Paula de Araújo e Carolina Rodrigues pensam o momento atual em **Produção Artístico-literária de Mães Brasileiras em Tempos de Pandemia** e, tal como o próprio título indica, como a pandemia da Covid-19 afeta/ou, interfere/ou e sobrecarrega/ou o trabalho das mulheres artistas-escritoras que também são mães e.

O décimo oitavo texto, ao analisar a produção de duas poetisas e duas artistas, elabora algumas considerações quanto aos sentidos e significados que emergem dessas produções, levando em consideração as situações de risco, de segurança e de solidão. Por fim, o décimo nono artigo, intitulado **Arte como possibilidade de subjetivação às pessoas que vivem com hiv: subversão e resistência na produção de Maria Sil**, foi escrito por Camila de Almeida Lara e Arthur Vinicius Anoroso Nunes. Ao retomar algumas produções musicais e audiovisuais da artista trans, bem como entrevistas concedidas por ela, a pesquisadora e o pesquisador oferecem interessantes análises que tensionam os discursos que tratam aids, hiv e seu/sua portador/a como abjetos, ao passo que vislumbram o corpo e a voz de Maria Sil como espaço político, de luta e de resistência.

A reunião desses textos – neste aqui/agora feito de um momento ímpar, a partir de espaços cujas geografias são dessemelhantes – entrelaça nossas vozes em uma construção que nos permite pensar o discurso, a doença e o risco – na multiplicidade de objetos e referenciais aqui apresentados – senão juntos, ao menos em um conjunto, neste conjunto de entrenós, entre vozes. Seguimos em confinamento, repentinamente cientes de nossa própria putrescibilidade (MBEMBE, 2020) – outro fato que nos une: essa visão clara de que muitos não passarão, não passam pelo buraco da agulha. Se, no início deste texto, apontamos para as vidas que importam, enquanto encerramos este número, o Brasil ultrapassou a marca de quatro mil mortes diárias: quatro mil assassinatos diários por Covid-19. Enquanto a ilusão de comunidade, de estarmos todas e todos no mesmo barco, se esfacela diante de nossos olhos, precisamos construir um hoje e um amanhã. Nos diz ainda Mbembe (2020, on-line):

Antes desse vírus, a humanidade já estava ameaçada de asfixia. Se houver guerra, portanto, ela não será contra um vírus em particular, mas contra tudo o que condena a maior parte da humanidade à cessação prematura de respiração, tudo o que ataca sobretudo as vias respiratórias, tudo que, durante a longa duração do capitalismo, terá reservado a segmentos de populações ou raças inteiras, submetidas a uma respiração difícil e ofegante, uma vida penosa.

Assim, nos perguntamos se o choque de nos sentirmos todas, todos, todes à mercê do vírus e do bio(ou necro)poder que, no caso brasileiro, o captura e usa como arma contra a população, se esse choque é suficiente para que se produzam novas formas de estarmos juntas/os/es, de sermos comunidade? No limite, esperamos que este número nos ajude a compreender, como mencionamos, o que se passa não apenas ao nosso redor, mas conosco.

Referências

AYRES, J.R.C.M. *et al.* O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. *In:* CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p. 117-139.

BUTTURI JUNIOR, A. As formas de subjetividade e o dispositivo da aids no Brasil contemporâneo: disciplinas, biopolítica e phármakon. *In:* AQUINO, I. C. *et al.* (org.). *Língua, literatura, cultura e identidade: entrelaçando conceitos*. Passo Fundo: UPF, 2016. p. 59-78.

COUTO, M. A imortal quarentena. Mapeador de Ilhas. *Visão*. 22 abr. 2020 às 08h20. Disponível em: <https://visao.sapo.pt/opiniao/a/mapeador-de-ilhas/2020-05-22-a-imortal-quarentena/>. Acesso em: 03 abr. 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. *In:* FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14. ed. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009 [1971]. p. 15-37.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade* – curso no Collège de France, 1975-1976. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós socialista. *In:* SOUZA, J. (org.). *Democracia hoje – novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UnB, 2001. p. 245-282.

LUGONES, M. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, Colômbia. n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2020.

MBEMBE, A. O direito universal à respiração. Trad. de Ana Luiza Braga. *#PandemiaCrítica*, n. 020, São Paulo: n-1, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/53>. Acesso em: 07 abr. 2021.

MANN, J.; TARANTTOLA, D. J.M.; NETTER, T. W. *A AIDS no mundo*. Rio de Janeiro: ABIA, Relume-Dumará, 1993.

SANT'ANNA, D. B. de. Lavar as mãos, descolonizar o futuro. *#PandemiaCrítica*, n. 006, N1-Edições, São Paulo, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/006>. Acesso em: 30/03/2021.

SOUZA, P. de; ZOPPI-FONTANA, M. Entre a tecnologia e o político: modos de subjetivação no governo em tempos de coronavírus. *Linguística Live*, @linguisticaufsc. 29 maio 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CAXT0bnjZmN/>, <https://www.instagram.com/tv/CAXTicHDI31/>, <https://www.instagram.com/tv/CAXQTunD78B/>. Acesso em: 03 abr. 2021.

TREICHLER, P. A. *AIDS, Homophobia, and biomedical discourse: an epidemic of signification*. The MIT Press, v. 47, p. 31-70, 1987.